

Deficiência e Não-Deficiência: Recortes do Mesmo Tecido

SADAO OMOTE

Professor do Departamento de Educação Especial da
Universidade Estadual Paulista UNESP/Marília

As diferenças entre as pessoas têm estado sempre presentes nas investigações psicológicas. A existência dessas diferenças cria inúmeras dificuldades aos estudiosos do comportamento, ao mesmo tempo em que se constitui, talvez, na maior razão para a necessidade de se realizarem estudos psicológicos do Homem. Entretanto, as teorias psicológicas parecem ter dado relativamente pouca importância à questão das diferenças entre as pessoas, concedendo a elas um status de um tipo especial de obstáculo às investigações ou o de uma fonte quase mágica que justifica certas variações no comportamento não previstas no quadro teórico de referência.

Esse modo algo ambíguo de se lidar com as diferenças, nas investigações psicológicas, pode estar refletindo a nossa própria maneira, enquanto pessoas comuns, de encarar as diferenças. As diferenças, especialmente as incomuns, inesperadas e bizarras, sempre atraíram a atenção das pessoas, despertando, por vezes, temor e desconfiança. Acreditamos ser necessário, na Psicologia, encarar as diferenças como o próprio objeto de investigação científica. Além disso, o estudo dos modos como as pessoas lidam com certas diferenças pode trazer muita luz à compreensão do funcionamento dessas pessoas.

São infindáveis as diferenças entre as pessoas. No entanto, não são todas e quaisquer diferenças que interessam à Psicologia. Interessam, sim, sobretudo aquelas que, numa determinada circunstância e num determinado grupo, se evidenciam pela significação, ainda que esta não seja consensualmente endossada pelas pessoas. Algumas diferenças se destacam porque qualquer

um pode prontamente descrevê-las verbalmente e conferir-lhes significações consagradas, enquanto outras se destacam pela própria singularidade e infamiliaridade. Uma tendência comum entre as pessoas, face a indivíduos portadores dessas diferenças que atraem alguma atenção especial, é a de classificá-los em categorias distintas. Tais categorias de indivíduos diferentes podem ser estudadas por investigadores de diversas áreas do conhecimento humano. Assim, são criadas terminologias especiais com referência a essa categoria e profissionalizam-se alguns conjuntos de atividades dirigidas aos membros dessas categorias. Nessa medida, uma categoria pode destacar-se como sendo, até, inteiramente à parte da categoria de pessoas convencionais da sociedade.

A natureza dessas diferenças, a sua origem, os modos de funcionamento das pessoas com essas diferenças, a emergência da respectiva categoria de pessoas com essas diferenças, as reações das pessoas comuns face a essas diferenças e aos seus portadores, etc., podem constituir-se em importantes problemas para a investigação psicológica. A partir da elucidação desses problemas, muito poderá ser compreendido acerca do funcionamento das próprias pessoas comuns.

O estudo das deficiências constitui, tradicionalmente, um Capítulo à parte na Psicologia. Nisso, a própria Psicologia parece supor que os deficientes integram categorias especiais de pessoas. A maioria dos manuais de Psicologia do Deficiente trata exclusivamente de um tipo de deficiência ou dedica capítulos específicos para cada deficiência, e essa prática pode sugerir, até, por vezes, a idéia de que possam ser necessárias teorias psicológicas especiais para se compreender o funcionamento das pessoas deficientes. Na nossa perspectiva de estudo das deficiências, estas devem ser consideradas no contexto de um problema mais geral da Psicologia, que é o das diferenças individuais. No entanto, as deficiências não são, do ponto de vista psicológico, diferenças individuais quaisquer. Aquelas têm, necessariamente, alguma significação de desvantagem e de descrédito social. Portanto, são determinadas diferenças às quais foram atribuídas determinadas significações de desvantagem e que levam os seus portadores a serem desacreditados socialmente.

As diferenças individuais são características apresentadas por pessoas específicas. Na medida em que algumas delas se destacam e lhes são atribuídas significações de desvantagem e de descrédito social, essas diferenças não podem mais ser vistas tão somente como variações nas características inerentes a algumas pessoas. É necessária uma linguagem de relações e não de atributos para serem descritas e estudadas essas diferenças (deficiências). Nenhuma diferença é, em si mesma, vantajosa ou desvantajosa do ponto de vista psicossocial. A mesma característica pode ter o sentido de vantagem ou de desvantagem dependendo de quem é o portador ou o ator e de quem são os seus "outros", isto é, a sua audiência, assim como de outros fatores circunstanciais definidos pelo contexto no qual ocorre o encontro.

O encontro entre o estigmatizado (ou estigmatizável) e seus "outros" (a audiência) ocorre no cenário de relações sociais que parecem confirmar o status distintivo de um e a normalidade dos outros. É na extensão em que se caracteriza alguém como desviante que parece assegurar a normalidade das demais pessoas que participam desse cenário. Entretanto, o desvio (a deficiência) não pode ser concebido simplesmente como uma qualidade presente no organismo ou no comportamento de alguns e ausente no de outros.

A dinâmica psicossocial da relação entre o deficiente e o não-deficiente comporta ambigüidades que devem ser devidamente consideradas no estudo das deficiências. Essas ambigüidades surgem no momento mesmo da adoção de um critério ou padrão através dos quais se estabelece a distinção entre a deficiência e a não-deficiência. Na realidade, não se trata apenas de uma questão de definir e estabelecer esse critério, mas também a de decidir aplicá-lo e de se criarem nas pessoas expectativas nesse sentido. A questão da escolha de um dado critério ou padrão depende das forças sociais prevalecentes no grupo ou organização em cujo interior a deficiência adquire um particular significado e se constitui num importante problema. Portanto, trata-se de uma questão antes política que lógica ou científica (médica, psicológica ou educacional).

As abordagens centradas na pessoa deficiente ignoram o aspecto político do problema das deficiências e podem obscurecer ou camuflar áreas de possíveis problemas no interior de um grupo ou organização (equipes profissionais, famílias, escolas, instituições especializadas, etc.), invertendo até a relação de causa e efeito, na medida em que localizam no indivíduo a deficiência e muitas vezes, também, a sua causa. Assim, por exemplo, uma escola pode ter dificuldade, por diferentes razões, em lidar com alunos provenientes de um determinado bairro, por serem eles já discriminados de alguma maneira. Essa dificuldade da escola pode traduzir-se em condições pedagógicas diferentes para esses alunos e ter como uma das conseqüências o baixo rendimento escolar deles. Em função desse baixo rendimento escolar, esses alunos podem ser encaminhados a classes especiais para deficientes mentais. Com a atenção centrada no aluno, pode-se facilmente incorrer no erro de justificar esse tratamento diferente em função da suposta deficiência do aluno e de ignorar totalmente aquela dificuldade inicial e as razões dessa dificuldade. Qualquer comportamento deficitário ou inadequado dele tende a ser interpretado como internamente determinado pela própria deficiência.

Essa maneira de abordar a questão da deficiência impede de se analisar um aspecto que parece ser central na problemática da deficiência. Trata-se da construção social da deficiência. A deficiência não pode ser vista como uma qualidade presente no organismo da pessoa ou no seu comportamento. Em vez de circunscrever a deficiência nos limites corporais da pessoa deficiente, é necessário incluir as reações de outras pessoas como parte integrante e crucial do fenômeno, pois são essas reações que, em última instância, definem alguém

como deficiente ou não-deficiente. As reações apresentadas por pessoas comuns face às deficientes ou às deficiências não são determinadas única nem necessariamente por características objetivamente presentes num dado quadro de deficiência, mas dependem bastante da interpretação, fundamentada em crenças científicas ou não, que se faz desse quadro.

Alguns estudiosos vêm apontando essa questão, enfatizando que a variável crítica no estudo de qualquer caso de desvio é a audiência social e não a pessoa específica, reconhecida como desviante,¹ e que as pessoas deficientes adquirem um status distintivo em função das respostas características dos outros face a elas e não tanto em função dos seus próprios atributos.² Os critérios adotados para distinguir a deficiência da não-deficiência bem como as condutas implicadas no processo de julgamento (de diagnóstico e de rotulação) devem, assim, ser considerados como fatores cruciais no estudo e compreensão do fenômeno conhecido por deficiência.

O estudioso que insiste em localizar a deficiência no indivíduo se verá em situações embaraçosas devido às disparidades entre o seu conceito teórico de deficiência, concebida como uma diminuição em alguma capacidade ou algum desempenho, e as características das pessoas efetivamente identificadas e tratadas como deficientes. Por exemplo, numa pesquisa realizada por Hori, Garcia e Lora,³ verificou-se que, entre os alunos matriculados em 16 classes especiais para deficientes mentais educáveis na região de Marília e os alunos da APAE de Marília, havia um elevado número de deficientes visuais (10,6% do total de alunos avaliados ou 8,2% do total de alunos matriculados), dos quais muitos não tinham nenhum problema intelectual, como se demonstrou posteriormente. Quem procura localizar no indivíduo a deficiência, como se fosse apenas um atributo dele, pode erroneamente concluir que entre deficientes mentais há maior ocorrência de deficiência visual que na população geral.

Tratar essas disparidades como erros de diagnóstico parece não ser uma boa solução, tanto porque o rótulo inicialmente atribuído tende a ser preservado através do tratamento distintivo subsequente, como o sugerem os achados de Schneider⁴ e Paschoalick,⁵ quanto porque parecem existir mecanismos de correção dessas disparidades. Tais mecanismos parecem estar implicados nos conhecidos vieses diagnósticos de natureza etno-cultural⁶ e sócio-econômica,⁷ e aqueles relativos à atratividade física,⁸ quando operam em conjunto com a chamada profecia auto-realizadora.⁹

Com tudo isso, a compreensão que se tem das deficiências comporta muitas ambigüidades, as quais devem ser tratadas como parte do próprio objeto de estudo, em vez de serem camufladas ou ignoradas com a adoção de teorias que se limitam a considerar estritamente as relações mecanicistas (sintáticas) entre os eventos.

Significa que a deficiência não é algo que emerge com o nascimento de alguém ou com a enfermidade que alguém contrai, mas é produzida e mantida por um grupo social na medida em que interpreta e trata como desvantagens

¹ ERIKSON, K. T. Notes on the sociology of deviance. *Social Problems*, v. 9, p. 307-314, 1962; HEPBURN, J. R. The role of audience in deviant behavior. *Sociology and Social Research*, v. 59, p. 387-405, 1975.

² BARTEL, N. R., GUSKIN, S. L. A Handicap as a Social Phenomenon. Em: CRUICKSHANK, W.M. (ed.). *Psychology of Exceptional Children and Youth*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1980; MERCER, J. R. *Labeling the Mentally Retarded*. Berkeley: University of California Press, 1973.

³ HORI, J. K., GARCIA, N., LORA, T. D. P. Localização de portadores de deficiência da visão entre escolares matriculados em programas educacionais para deficientes mentais. *Ciência e Cultura*, v. 34, Suplemento, p. 175, 1982.

⁴ SCHNEIDER, D. *Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio*. Em: VELHO, G. (Org.). *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

⁵ PASCHOALICK, W. C. *Análise do processo de encaminhamento de crianças a classes especiais para deficientes mentais desenvolvidos nas escolas de 1º grau da Delegacia de Ensino de Marília*. São Paulo, 1981. (Dissertação de Mestrado — Pontifícia Universidade Católica)

⁶ MERCER, J. R. *Labeling...*

⁷ NEER, W. L., FOSTER, D. A., JONES, J. G., REYNOLDS, D. A. *Socioeconomic bias in the diagnosis of mental retardation*. *Exceptional children*, v. 40, p. 38-39, 1973; RUBIN, R. A., KRUS, P., BALOW, B. Factors in special class placement. *Exceptional Children*, v. 39, p. 525-532, 1973.

⁸ ELOVITZ, G. P., SALVIA, J. Attractiveness as a biasing factor in judgements of school psychologists. *Journal of School Psychology*, v. 20, p. 339-345, 1982; ROSS, M. B., SALVIA, J. Attractiveness as a biasing factor in teacher judgement. *American Journal of mental deficiency*, v. 80, p. 96-98, 1975.

⁹ ROSENTHAL, R., JACOBSON, L. *Pygmalion in the classroom*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.

¹⁰ OMOTE, S. *Reações de mães de deficientes mentais ao reconhecimento da condição dos filhos afetados: Um estudo psicológico*. São Paulo, 1980. (Dissertação de Mestrado — Universidade de São Paulo); SILVA, S. F. *Experiências e necessidades de mães após o diagnóstico de deficiência mental do filho*. São Carlos, 1988. (Dissertação de Mestrado — UFSCAR)

¹¹ COSTA, T. P. G. *Percepção de mães de crianças deficientes mentais acerca das necessidades especiais de seus filhos afetados e delas próprias*. São Carlos, 1989. (Dissertação de Mestrado — UFSCAR)

¹² PETEAN, E. B. L. *Recursos utilizados pelas famílias para promover o desenvolvimento do filho com síndrome de Down*. São Carlos, 1987. (Dissertação de Mestrado — UFSCAR).

¹³ PASCHOALICK, W. C. *Análise do processo de encaminhamento de crianças à classes especiais para deficientes mentais desenvolvidos nas escolas de 1º grau da Delegacia de Ensino de Marília*. São Paulo, 1981. (Dissertação de Mestrado — Pontifícia Universidade Católica); SCHNEIDER, D. *Alunos...*

certas diferenças apresentadas por determinadas pessoas. Assim, as deficiências devem, a nosso ver, ser encaradas também como decorrentes dos modos de funcionamento do próprio grupo social e não apenas como atributos inerentes às pessoas identificadas como deficientes. A deficiência e a não-deficiência fazem parte do mesmo quadro; fazem parte do mesmo tecido-padrão. As pessoas deficientes, mesmo que sejam portadoras de alguma incapacidade objetivamente definida e constatável, não constituem exceções da normalidade mas fazem parte integrante e indissociável da sociedade.

Uma teoria da deficiência não deve apenas explicar como as deficiências operam e como as pessoas deficientes funcionam, mas, ao mesmo tempo, deve ser capaz de explicar como as pessoas em geral lidam com as diferenças, especialmente aquelas às quais o grupo social atribui algum significado de desvantagem e descrédito social. Significa que tal teoria deve ser capaz de explicar também a não-deficiência, que não é dada como tal, mas é construída socialmente através dos mesmos mecanismos de construção social da deficiência. A deficiência é destacada da normalidade pelo recorte que é feito em função de algum critério. Portanto, é a mesma teoria que precisa dar conta da explicação da deficiência e da não deficiência.

O caminho em direção a essa teoria está já aberto, em nosso meio, pelas investigações que pretendem elucidar a maneira como as pessoas não-deficientes reagem às deficiências, não dentro de uma perspectiva, ainda comum, em que se pretende estabelecer uma espécie de relação “psicofísica” entre a deficiência, interpretada como atributo, e as reações dos outros face a ela, interpretadas como respostas determinadas pela própria natureza física da deficiência. Em vez disso, em tais investigações, há preocupação, por parte dos pesquisadores, de compreender como os seus sujeitos não-deficientes interpretam as deficiências, organizam as suas percepções e a sua compreensão das deficiências, e administram as suas relações interpessoais com as pessoas deficientes, em função das características deles próprios e dos modos de sua inserção no grupo social no qual tais deficiências adquirem um particular significado de desvantagem e de descrédito social.

Nesse sentido, podem-se apontar os estudos sobre as diferentes reações de pessoas não-deficientes face às deficientes, tais como as reações de mães de deficientes mentais face ao reconhecimento da condição dos seus filhos,¹⁰ as percepções dessas mães acerca das necessidades especiais de atendimento de seus filhos e delas próprias¹¹ e a busca de recursos pelas famílias para favorecer o desenvolvimento de crianças portadoras da Síndrome de Down;¹² as condutas variadas dos educadores em relação a determinados alunos até a legitimação social da condição de deficientes desses alunos no interior das escolas;¹³ a percepção que os professores especializados no ensino de deficientes mentais têm a respeito da Educação Especial;¹⁴ a organização administrativa e curricular das escolas de formação de professores especializados no ensino de deficientes;¹⁵ a concepção que os agentes que promovem a reabili-

tação têm a respeito da profissionalização do deficiente;¹⁶ as tipificações que os universitários fazem de diversas categorias de pessoas deficientes;¹⁷ e a maneira como é projetada a imagem social do deficiente em livros didáticos de primeira a quarta séries do primeiro grau.¹⁸

O ponto de vista que orienta o estudo da dinâmica psicossocial das deficiências se fundamenta no argumento de que estas não podem ser vistas apenas como alguma qualidade presente no organismo da pessoa identificada como deficiente nem no seu comportamento. Considera que, para a devida compreensão das deficiências, é necessário estudar também as reações de pessoas não-deficientes face aos deficientes, incluindo o processo de julgamento e interpretação que aquelas fazem das características destes como parte integrante e crucial do fenômeno das deficiências.

Na percepção interpessoal, o percebido não apreende pura e simplesmente as características do percebido, mas faz também atribuições, de tal sorte que o percepto formado a respeito do percebido retrata, em alguma extensão, também o percebido. Aliás, mais do que uma mera somatória de algumas características do percebido e as do percebido, o percepto parece expressar a natureza da interação entre eles.

Quando a pessoa percebida é portadora de alguma diferença incomum (não necessariamente incapacidade), à qual se atribui alguma significação sócio-cultural de desvantagem, parece operar aí, na percepção interpessoal, alguma categoria pré-concebida na qual aquela pessoa poderia ser incluída. Na medida em que a pessoa é percebida como se pertencesse a essa categoria e, conseqüentemente, portasse as características previstas nos membros dessa categoria, criam-se expectativas para o desempenho dessa pessoa. Em muitos contextos nos quais ocorrem essa categorização e atribuição, essas expectativas podem adquirir um caráter algo normativo e pode ser exigida a sua realização. Quem não se comporta de acordo com essas expectativas pode ser visto como se possuísse alguma outra patologia (por exemplo, distúrbio de conduta), além daquela diferença original interpretada como deficiência.

Uma pessoa identificada como deficiente e que se comporta como deficiente pode estar, como alguns autores sugerem,¹⁹ desempenhando o papel social previsto para os membros da categoria na qual está colocada. Nesse sentido, os serviços especializados destinados aos deficientes freqüentemente cumprem a função de socializar o deficiente no papel de deficiente, ainda que isto não fosse objetivo do serviço.²⁰ Isto é especialmente comum quando, orientados por alguma abordagem centrada na pessoa deficiente, esses serviços adquirem um caráter distintivo (e até ritualizado) de atender as pessoas consideradas distintivamente diferentes que, em tudo, não podem, supostamente, beneficiar-se de serviços comuns a que as pessoas convencionais da sociedade recorrem.

Um aspecto da dinâmica psicossocial das deficiências que parece merecer uma atenção dos investigadores diz respeito às categorias criadas com

¹⁴ POGETTO, M.T.D.P.D. *Como os professores de classe especial para deficientes mentais da rede estadual de ensino percebem sua atuação profissional*. São Carlos, 1987 (Dissertação de Mestrado — UFSCAR)

¹⁵ ENUMO, S. R. F. *A formação universitária em Educação Especial — deficiência mental no Estado de São Paulo: suas características administrativas, curriculares e teóricas*. São Carlos, 1985. (Dissertação de Mestrado — UFSCAR)

¹⁶ GOYOS, A. C. N. *A profissionalização de deficientes mentais: estudo de verbalizações de professores acerca dessa questão*. São Paulo, 1986. (Tese de Doutorado — Universidade São Paulo); MANZINI, E. J. *Profissionalização de indivíduos portadores de deficiência mental: visão do agente institucional e visão do egresso*. São Carlos, 1989 (Dissertação de Mestrado — UFSCAR)

¹⁷ OMOTE, S. *Estereótipos de Estudantes Universitários em Relação a Diferentes Categorias de Pessoas Deficientes*. São Paulo, 1984 (Tese de Doutorado em Psicologia — Universidade de São Paulo); OMOTE, S. *Estereótipos a respeito de pessoas deficientes*. *Didática*, v. 22/23, p. 167-180, 1986/1987; OMOTE, S. *Alguns resultados de estudos de estereótipos a respeito de pessoas deficientes*. *Vivência*, n.4, p.2-6, 1988; OMOTE, S. *Reconhecimento de estereótipos a respeito de pessoas deficientes*. *Didática*, v. 26/27, p. 139-147, 1990/1991.

¹⁸ FAGUNDES, V. A. *Imagem Social do "Deficiente" nos Livros Didáticos do Primeiro Grau*. São Paulo, 1989. (Dissertação de Mestrado — Pontifícia Universidade Católica).

¹⁹ MERCER, J. R. *Labeling...*; SCOTT, R. *The Making of Blind Men*. New York: Russell Sage Foundation, 1969.

²⁰ OMOTE, S. A estigmatização de deficientes e os serviços especializados. *Vivência*, n. 5, p. 14-15, 1989; OMOTE, S. As diferenças, o atendimento especializado e a estigmatização do aluno deficiente. *Anais do IV Encontro Paranaense de Psicologia, CRP-8a. Região, 1990*.

a finalidade de administrar o conhecimento acerca das deficiências. No nosso meio, são quatro as categorias tradicionais, amplamente empregadas para agrupar as pessoas deficientes: deficientes mentais, deficientes visuais, deficientes auditivos e deficientes físicos. Outros nomes freqüentemente empregados ou são sinônimos ou referem-se a uma subcategoria de uma dessas quatro categorias gerais. As abordagens centradas na pessoa deficiente definem rigorosamente as fronteiras entre essas categorias, de tal sorte que são vistas como qualitativamente distintas umas das outras.

Essas categorias são ampla e detalhadamente definidas nos manuais que tratam das deficiências. Entretanto, além de as próprias conceituações comportarem sempre algo de arbitrário e apesar das fronteiras rigorosamente estabelecidas entre as categorias, a utilização das categorias não obedece rigorosamente aos critérios estabelecidos nas definições, apresentando-se aí uma diversidade de fatores circunstanciais determinados pelas forças sociais presentes no contexto onde é feito o julgamento acerca da deficiência ou não-deficiência de uma dada pessoa. O conceito verbalmente elaborado não corresponde necessariamente à interpretação que um juiz, profissional da educação ou da saúde, tem em mente com referência à respectiva deficiência.

É aí que o estudioso da deficiência pode cair numa perigosa armadilha. A ciência lhe ensina uma série de coisas acerca da deficiência concebida como atributo. Por outro lado, ao entrar em contato com a administração dos serviços destinados a deficientes, o estudante verifica que a deficiência é diferentemente concebida e que os requisitos para alcançar a certeza são outros. Não encontra mais o caminho epistemológico que aprendeu a trilhar. Os critérios são outros. Confuso como está e pressionado a adotar os critérios oficiais do serviço, esse desavisado estudioso pode aprender rapidamente a trilhar um outro caminho epistemológico, cujos critérios e requisitos para se considerarem corretos os conhecimentos administrados levam esse estudioso a institucionalizar preconceitos e a conferir-lhes um suporte científico aparente.

Então, é necessário investigar a interpretação que esse juiz, esse estudioso, tem, de fato, das deficiências para poder compreender a sua conduta em relação aos deficientes. Mais do que interpretação de casos individuais de deficiências, parece tratar-se de uma percepção categorial de categorias definidas de pessoas deficientes. É necessário, portanto, investigar as cognições sociais que as pessoas mantêm acerca das categorias definidas de pessoas deficientes para compreender a construção social de deficiências e não-deficiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARTEL, N. R., GUSKIN, S. L. A Handicap as a Social Phenomenon. Em: CRUICKSHANK, W.M. (Ed.) *Psychology of Exceptional Children and Youth*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1980.

2. COSTA, T. P. G. Percepção de Mães de Crianças Deficientes Mentais acerca das Necessidades Especiais de seus Filhos Afetados e delas Próprias. São Carlos, 1989. (Dissertação de Mestrado — UFSCAR).
3. ELOVITZ, G. P., SALVIA, J. Attractiveness as a biasing factor in judgements of school psychologists. *Journal of School Psychology*, v. 20, p. 339-345, 1982.
4. ENUMO, S. R. F. *A formação universitária em Educação Especial — deficiência mental no Estado de São Paulo: suas características administrativas, curriculares e teóricas*. São Carlos, 1985. (Dissertação de Mestrado — UFSCAR).
5. ERIKSON, K. T. Notes on the sociology of deviance. *Social Problems*, v. 9, p. 307-314, 1962.
6. FAGUNDES, V. A. *Imagem Social do "Deficiente" nos Livros Didáticos do Primeiro Grau*. São Paulo, 1989. (Dissertação de Mestrado — Pontifícia Universidade Católica).
7. GOYOS, A. C. N. *A profissionalização de deficientes mentais: estudo de verbalizações de professores acerca dessa questão*. São Paulo, 1986. (Tese de Doutorado — Instituto de Psicologia/Universidade São Paulo).
8. HEPBURN, J. R. The role of audience in deviant behavior. *Sociology and Social Research*, v. 59, p. 387-405, 1975.
9. HORI, J. K., GARCIA, N., LORA, T. D. P. Localização de portadores de deficiência da visão entre escolares matriculados em programas educacionais para deficientes mentais. *Ciência e Cultura*, v. 34, Suplemento, p. 175, 1982.
10. MANZINI, E. J. *Profissionalização de indivíduos portadores de deficiência mental: visão do agente institucional e visão do egresso*. São Carlos, 1989 (Dissertação de Mestrado — UFSCAR).
11. MERCER, J. R. *Labeling the Mentally Retarded*. Berkeley: University of California Press, 1973.
12. NEER, W. L., FOSTER, D. A., JONES, J. G., REYNOLDS, D. A. Socioeconomic bias in the diagnosis of mental retardation. *Exceptional children*, v. 40, p. 38-39, 1973.
13. OMOTE, S. *Reações de mães de deficientes mentais ao reconhecimento da condição dos filhos afetados: Um estudo psicológico*. São Paulo, 1980 (Dissertação de Mestrado — Universidade de São Paulo).
14. OMOTE, S. *Estereótipos de Estudantes Universitários em Relação a Diferentes Categorias de Pessoas Deficientes*. São Paulo, 1984 (Tese de Douramento — Universidade de São Paulo).
15. OMOTE, S. Estereótipos a respeito de pessoas deficientes. *Didática*, v. 22/23, p. 167-180, 1986/1987.
16. OMOTE, S. Alguns resultados de estudos de estereótipos a respeito de pessoas deficientes. *Vivência*, n. 4, p. 2-6, 1988.

17. OMOTE, S. A estigmatização de deficientes e os serviços especializados. *Vivência*, n. 5, p. 14-15, 1989.
18. OMOTE, S. As diferenças, o atendimento especializado e a estigmatização do aluno deficiente. *Anais do IV Encontro Paranaense de Psicologia, CRP-8a. Região*, 1990.
19. OMOTE, S. Reconhecimento de estereótipos a respeito de pessoas deficientes. *Didática*, v. 26/27, p. 139-147, 1990/1991.
20. PASCHOALICK, W. C. *Análise do processo de encaminhamento de crianças à classes especiais para deficientes mentais desenvolvidos nas escolas de 1º grau da Delegacia de ensino de Marília*. São Paulo, 1981. (Dissertação de Mestrado — Pontifícia Universidade Católica)
21. PETEAN, E. B. L. *Recursos utilizados pelas famílias para promover o desenvolvimento do filho com síndrome de Down*. São Carlos, 1987 (Dissertação de Mestrado — UFSCAR)
22. POGETTO, M. T. D. P. D. *Como os professores de classe especial para deficientes mentais da rede estadual de ensino percebem sua atuação profissional*. São Carlos, 1987. (Dissertação de Mestrado — UFSCAR).
23. ROSENTHAL, R., JACOBSON, L. *Pygmalion in the classroom*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.
24. ROSS, M. B., SALVIA, J. Attractiveness as a biasing factor in teacher judgement. *American Journal of mental deficiency*, v. 80, p. 96-98, 1975.
25. RUBIN, R. A., KRUS, P., BALOW, B. Factors in special class placement. *Exceptional Children*, v. 39, p. 525-532, 1973.
26. SCHNEIDER, D. Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. Em VELHO, G. (org.). *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
27. SCOTT, R. *The Making of Blind Men*. New York: Russell Sage Foundation, 1969.
28. SILVA, S. F. *Experiências e necessidades de mães após o diagnóstico de deficiência mental do filho*. São Carlos, 1988. (Dissertação de Mestrado — UFSCAR)